

Um terço dos trabalhadores recebe até 1 salário mínimo no Brasil, indica Censo

Redação

Dados divulgados pelo IBGE são relativos à média mensal de 2022

Só 7,6% dos ocupados tinham renda do trabalho acima de 5 salários, afirma instituto

A renda do trabalho era de até um salário mínimo para 35,3% da população ocupada no Brasil em 2022. Isso significa que um terço da mão de obra do país, cerca de 31,3 milhões de pessoas, ganhava até R\$ 1.212 por mês à época.

Desse grupo, 52,4% era pardo e 32,8%, branco.

Os dados integram um novo recorte do Censo Demográfico 2022 divulgado nesta quinta (9) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

As informações consideram valores nominais –ou seja, sem o ajuste pela inflação. Como o levantamento é relativo a 2022, não capta toda a recuperação do emprego e da renda após as restrições da pandemia.

Ao divulgar os números, o IBGE procurou chamar a atenção para as disparidades existentes dentro do país. Enquanto 35,3% dos ocupados recebiam no máximo um salário mínimo, apenas 7,6% dos trabalhadores tinham renda superior a cinco salários (R\$ 6.060).

O cenário de 2022 não difere substancialmente da situação encontrada no Censo 2010 para os que recebiam no máximo um salário mínimo. Na época, 36,4% das pessoas ocupadas estavam nessa faixa.

A diferença maior está na parcela da população que recebia uma quantia superior a cinco salários mínimos. Em 2010, esses trabalhadores correspondiam a 9,6%, o que mostra uma queda de dois pontos percentuais entre os levantamentos.

Na média do Brasil, o rendimento do trabalho da população ocupada foi de R\$ 2.851 em 2022. O Centro-Oeste teve o maior patamar das regiões (R\$ 3.292), superando a média brasileira.

A região é conhecida pela presença do agronegócio, que ganhou força ao longo das últimas décadas, e do setor público no Distrito Federal, onde estão alguns dos maiores salários do país.

Sul (R\$ 3.190) e Sudeste (R\$ 3.154) também mostraram rendimentos do trabalho acima da média nacional em 2022, enquanto Norte (R\$ 2.238) e Nordeste (R\$ 2.015) ficaram abaixo. "A gente vê essa diferença regional bem forte", afirmou João Hallak Neto, analista do IBGE.

Para Marcos Hecksher, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o fato de um terço da população ter renda equivalente a até um salário mínimo reflete o forte grau de informalidade no país.

"A informalidade é uma questão permanente há muito tempo no Brasil, que não conseguiu superar essa questão", diz Hecksher.

Para Marcelo Neri, diretor do FGV Social, como os dados são relativos a 2022, eles não captam o que vem ocorrendo no mercado de trabalho nos últimos anos. "Mais recentemente, a renda cresce mais rapidamente na base da pirâmide, e há falta de mão de obra, por exemplo, em áreas como construção civil e agropecuária", diz.

No ano passado, a metade mais pobre dos trabalhadores foi a que mais teve alta nos rendimentos: 10,7% acima da inflação, superando os 8,7% da classe média e os 6,7% do decil no topo da pirâmide. Na média geral, a renda do trabalho formal e informal subiu 7,1%, segundo dados da Pnad Contínua do IBGE compilados pela FGV Social.

Conforme o Censo 2022, o rendimento médio do trabalho era inferior a um salário mínimo (R\$ 1.212) em 520 municípios, ou 9,3% do total. Por outro lado, superava quatro salários mínimos (R\$ 4.848) em apenas 19 cidades, todas no Sudeste ou no Sul.

O município mineiro de Nova Lima, na Grande Belo Horizonte, teve a maior renda do trabalho do país: R\$ 6.929. Os paulistas São Caetano do Sul (R\$ 6.167) e Santana de Parnaíba (R\$ 6.081) vieram na sequência.

Já a região Nordeste concentrava os municípios com os menores rendimentos médios do trabalho em 2022. Cachoeira Grande (R\$ 759), no Maranhão, Caraúbas do Piauí (R\$ 788), no Piauí, e Mulungu do Morro (R\$ 805), na Bahia, registraram os valores mais baixos.

O IBGE não divulgou dados comparáveis do recenseamento anterior, que ocorreu em 2010. De acordo com o órgão, o levantamento teve mudanças metodológicas

em 2022.

A comparação entre as duas pesquisas exigiria o que o IBGE chamou de "compatibilização" dos conceitos, ainda não disponível para todos os recortes.

Em 2010, a definição de pessoas ocupadas incluiu aquelas que produziam bens destinados exclusivamente à alimentação no domicílio (próprio consumo), e a análise do mercado de trabalho foi realizada para a população de dez anos ou mais.

O Censo 2022 também captou informações sobre o próprio consumo, mas não as incorporou na avaliação do trabalho, afirmou o IBGE. Além disso, a contagem mais recente se concentrou nas pessoas ocupadas de 14 anos ou mais.

As mudanças, segundo o instituto, seguiram recomendações internacionais e diretrizes de outra pesquisa do órgão, a Pnad Contínua.

RAÇA

Do um terço que recebia um salário mínimo ou menos, a maior parte era composta por pardos e brancos, que representam 52,4% e 32,8% do grupo, respectivamente. Pretos respondem por 13,9%, indígenas por 0,6% e amarelos, 0,2%. Esse recorte considera pessoas de dez anos ou mais ocupadas na semana de referência.

O cenário casa com o retrato racial do Brasil, já que os pardos são a maior parte da população brasileira, representando 45,3%. Os brancos compõem a segunda maior parcela (43,5%). As pessoas que se autodeclararam pretas são 10,2%. Indígenas e amarelos são, respectivamente, 0,6% e 0,4% dos brasileiros.

Ao olhar exclusivamente para a raça dos brasileiros ocupados, 43,4% dos pardos recebiam um salário mínimo ou menos, número quase semelhante ao de pretos que recebiam a mesma quantia (43,3%).

Entre os brasileiros ocupados brancos, 25,8% recebiam um salário mínimo ou menos. Entre os indígenas ocupados, o percentual é de 57,3%, e entre os amarelos, de 17,7%.

DIFERENÇAS APARECEM ALÉM DO TRABALHO

Os dados publicados nesta quinta ainda trazem a média do rendimento domiciliar per capita (por pessoa) de todas as fontes (trabalho e outras).

As outras fontes podem incluir benefícios sociais, pensões e aposentadorias, por exemplo. O recenseamento, contudo, só detalha os números do trabalho.

A média de todas as fontes no país foi de R\$ 1.638 em 2022. Nesse indicador, a região Sul teve o maior patamar (R\$ 2.058), seguida por Centro-Oeste (R\$ 1.953) e Sudeste (R\$ 1.910).

O trio mostrou valores acima da média nacional. Nordeste (R\$ 1.072) e Norte (R\$ 1.075) ficaram abaixo.

O município mineiro de Nova Lima também ficou com a liderança do ranking das cidades nesse indicador (R\$ 4.300). O menor patamar foi encontrado em Uiramutã (R\$ 289), em Roraima (a 314 km de Boa Vista).

O município do Norte tem a maior proporção de indígenas do país, de acordo com dados do Censo divulgados anteriormente pelo IBGE.

Os indígenas registraram a menor renda domiciliar per capita do Brasil no recorte de cor ou raça: R\$ 669 por mês em 2022. Já os amarelos mostraram o patamar mais elevado: R\$ 3.520.

Na população branca, a renda per capita de todas as fontes ficou em R\$ 2.207. É quase o dobro da registrada entre os pretos (R\$ 1.198) e os pardos (R\$ 1.190).

O instituto afirma que 13,3% da população brasileira possuía rendimento domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo (R\$ 303) em 2022.

Nas regiões Norte e Nordeste, o percentual chegava a 23,3% e 22,4%, respectivamente. O Sul teve a menor proporção (5,4%).

A parcela de pessoas com rendimento domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo era mais baixa entre amarelos (6,6%) e brancos (8,7%) e consideravelmente maior entre indígenas (41%), pardos (17%) e pretos (14,9%).

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/um-terco-dos-trabalhadores-recebe-ate-1-salario-minimo-no-brasil-indica-censo.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo

Seção: São Caetano